Economia será decidida pelo voto

Acordo não sai e *Centrão* promete pôr 340 parlamentares em plenário

Faltoso não dá quorum mas foge à multa

Negar quorum à votação do Título de Ordem Econômica e não participar da lista dos faltosos. Este foi o grande enigma vivido ontem pelos constituintes que enfretaram, ao mesmo tempo, as dificuldades de entendimento sobre as questões polêmicas deste título e o início da aplicação das medidas de punição adotadas pela mesa diretora. Até as 18 horas, vários constituintes ainda tentavam participar da lista de presenças, que consignou nomes não registrados pelo painel eletrônico. A verificação de quorum, feita às 15h25min, registrou apenas 253 presenças, embora 100 outros nomes estivessem confirmados pela lista da portaria.

O dilema também foi vivido pelo presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, que conhecedor do andamento das negociações entre as lideranças partidárias e o **Centrão**, antecipou a realização da verificação de presenças — normalmente feita entre 16h e 16h30min — já sabendo que o resultado seria a suspensão da sessão por falta de quorum. Às 15h25min, após apelar para que todos os parlamentares fossem ao plenário marcar suas presenças, ele constatou que apenas 253 nomes apareciam no painel eletrônico.

Mas a preocupação com as medidas punitivas aos faltosos, já em vigor, fez engordar a lista paralela de presenças, que 10 minutos depois da verificação de quorum contava com 71 assinaturas. Para estes, os subsídios relativos ao dia de trabalho estavam garantidos, a não ser que não consigam assinar a lista de presenças nas próximas quatro sessões, ou em sete intercaladas. Todo este procedimento, no entanto, é regimental. De acordo com as explicações do secretário-geral da Constituinte, Paulo Afonso Martins, que interpretou a situação como "delicada", os parlamentares podem consignar suas presenças enquanto durar a sessão, assinando uma lista junto à Mesa. Este nomes, porém, não contam para a verificação de quorum.

A negativa de número para votação, registrada pelo sistema eletrônico, gerou o protesto do líder do PCB, Roberto Freire (PE). Para ele, é preferível partir para o confronto, decidindo as questões polêmicas da ordem econômica no voto, que ficar adiando as votações e esperando um acordo por medo de cair em **buraco negro**. A expectativa em relação à sessão de hoje, no entanto é positiva. O próprio Paulo Afonso acha que pelo menos uns 450 constituintes devem estar em plenário registrando suas presenças pelo painel eletrônico.

YUUGI MAKIUCHI

"Vamos bater chapa", anuncia Lourenço, confirmando o fim das negociações

"A palavra de ordem é bater chapa. Que eles façam acordo com o raio que os parta" — a frase, dita ontem pelo deputado José Lourenço, comprova apenas o clima reinante na reunião realizada pelo **Centrão** no gabinete da liderança do PFL, na qual foi descartada a perspectiva de acordo com os demais partidos, no capítulo da Ordem Econômica, que será votado hoje pelo plenário. A principal conseqüência da decisão foi aumentar a carga de trabalho no grupo encarregado da mobilização, que contou apenas 276 constituintes do **Centrão** na cidade. Daso Coimbra e Basílio Vilani acreditam que hoje eles serão ao todo entre 320 a 340, mas computando aí o pessoal das outras bancadas que se alinhará com os centristas. Computadas as esquerdas, o quorum chegaria a 500 parlamentares.

Desde cedo, ontem, o deputado Luiz Eduardo Magalhães não escondia sua irritação com um texto preliminar de acordo alinhavado pelos deputado Luís Roberto Ponte e José Geraldo Pinheiro. Ainda no plenário, Magalhães conquistou a simpatia dos deputados Delfim Netto e José Lins e do senador Jarbas Passarinho. Ele sempre discordou das negociações preliminares por entender que demonstram fraqueza do Centrão. Por isso, anunciou que ficaria contra, no plenário.

Após a reunião, perdeu o ar contrariado e relaxou um pouco, festejando junto com o líder José Lourenço e o deputado Delfim Netto, responsabilizados por terem levado a cúpula do Centrão a dispensar o acordo em favor da disputa no voto. O clima emocional predominou no encontro, embora o deputado José Geraldo Ribeiro mantenha seu ponto de vista de que não perdeu tempo com as rodadas de negociação, pois está seguro de que muito do acertado acabará sendo aproveitado durante o processo de votação.

Por volta das 17 horas, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, deixou a liderança do PFL anunciando: "Nada de acordo, vamos bater chapa". Logo depois saíram os outros, admitindo, como Delfim Netto, que não aceitavam o texto, "porque é uma porcaria". Mais comedido, Inocêncio Oliveira explicou que não podiam ceder a uma redação que desatendia os objetivos do **Centrão**, concentrados na defesa da livre iniciativa. Todavia, admitiu que, dando buraco negro, só restará o caminho do entendimento.

Afif Domingos assinalou que negociar antes de aprovar o texto do **Centrão** era demonstração de fraqueza, enquanto o deputado Roberto Cardoso Alves, que não participou da reuni-ao, aplaudiu a decisão de não negociar": Somente na definição do capítulo da Ordem Econômica é que o político se dá a conhecer à Nação. Então, acordo só se houver impasse. Fora disso, é cada macaco no seu galho, batendo chapa".

Mas o líder do **Centrão**, deputado Ricardo Fiuza, não mostrava tanto entusiasmo, acreditando que no final acabarão fazendo algum tipo de concessão. Há, por sinal, dentro do grupo, outros preocupados com o clima emocional, reconhecendo, contudo, que se insistissem no acordo nem teriam número garantido para a votação. Mas temem perder o controle do grupo no plenário, quando as coisas se complicam.

Neste aspecto, Fiuza e os que pensam como ele têm razão. Basta constatar que os deputados Daso Coimbra e Basílio Vilani, encarregados da mobilização, não sabem direito quantos estão ainda no **Centrão**. Por essa razão, começaram a chamar todos os signatários da proposta do grupo que alterou o Regimento Interno da Constituinte. Depois, só ontem, somaram oito constituintes que não são localizados em nenhum ponto do País; e mais seis doentes, em viagem oficial ou com problemas pessoais.

O **Centrão** mudou um pouco também no relacionamento com os empresários que apóiam o grupo. Até agora não requisitaram os jatinhos postos à disposição, dispensando também encontros promovidos por eles, pois muitos são da linha cartorial, desejando auferir vantagens com o texto centrista mesmo às custas de terminar de quebrar o País.

Todavia, a cúpula do **Centrão** persiste na idéia de assegurar a entrada do capital estrangeiro no País, preservar a livre iniciativa e não apoiar a reserva de mercado indiscriminadamente.

Grupos de pressão já preparam nova luta

AFONSO COZZOLINO
Da Editoria de Política

Se no plenário a expectativa é de que aconteçam diversos empates entre constituintes durante a votação do Título que trata da ordem econômica e financeira, fora dele — nas galerias, nos salões do Congresso, nos gabinetes de parlamentares e nos corredores — a batalha não será menor. Já a partir de hoje, começam a desembarcar em Brasília inúmeras caravanas de empresários e trabalhadores. Elas se juntarão às dezenas de **lobistas** que atuam na Constituinte há meses e terão a mesma missão — acompanhar o processo de votação e pressionar cada um dos constituintes presentes.

Para o serviço de segurança da Câmara, responsável pela manutenção da ordem no plenário e proximidades, a chegada de blocos de **lobistas** não é motivo de preocupação. "Por turno, temos 65 seguranças distribuídos nas dependências do Congresso", disse Fernando Paulucci, chefe do serviço. Desses, 40 concentram-se na área de maior tensão — o plenário, as galerias e os salões negro e verde. "Não adianta trazer milhares de pessoas para cá, porque só entram as que tiverem convite", preveniu Paulucci. Tais convites — ao todo, 400 — são entregues aos deputados, que se encarregam de distribuí-los. "Se alguém trouxer duas mil pessoas, entram somente as convidadas. As demais esperam no gramado", frisou o chefe do serviço de segurança.

REFORMA AGRÁRIA

A limitação, contudo, não preocupa algumas entidades. A União Democrática Ruralista, por exemplo, terá em Brasília, amanhã, cerca de 2 mil assciados. Eles virão representando as 250 unidades regionais da UDR e foram escolhidos a dedo. "Normalmente são pessoas ligadas aos constituintes, com muita influência nas bases ou que ajudaram na campanha eleitoral", informou um assessor da entidade. Segundo ele, a UDR está certa de que terá força para rejeitar o texto referente à reforma agrária aprovado pela Comissão de Sistematização e aprovar o proposto pelo **Centrão**, que é mais brando.

— Nosso levantamento indica que temos 230 votos favoráveis contra 200. Há 100 constituintes indecisos. É junto a esses que vamos trabalhar, explicou o assessor. A convocação de associados para fazer pressão em Brasília partiu do presidente da UDR, Ronaldo Caiado, que ontem à noite chegou à cidade. Os dois mil **lobistas** da UDR ficarão em hotéis e também no camping. "Cada um estará em Brasília por conta própria. A UDR nacional não paga nada", frisou o assessor.

Também de olho na reforma agrária, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) montou uma estrutura mais modesta para acomapanhar as votações. Ao contrário das outras fases da Constituinte, quando inúmeros trabalhadores vieram a Brasília, resta somente lideranças que estarão na cidade. "Não vamos trazer uma massa de trabalhadores porque entendemos que o trabalho de convencimento já foi frito", explicou o tesoureiro-geral da Contag, Francisco Urbano. "O importante agora é manter os trabalhadores informados", acrescentou. Para tanto, a Confederação vai divulgar em todos os municípios brasileiros os votos de cada constituinte da região. "É impossível que a Assembléia Nacional Constituinte aprove algo aquém do texto da Comissão de Sistematização. Se isso ocorrer a legislação será pior do que a em vigor atualmente", afirmou Urbano.

MINERAIS

Para a votação de outra questão polêmica na Ordem Econômica — a exploração dos minerais — desembarcarão no Congresso 200 garimpeiros, vindos de diversos estados. O **lobby** deles já atua há duas semanas, com o apoio da Organização das Cooperativas Brasileiras. Os garimpeiros manuais querem garantir a aprovação de um texto que não dê o monopólio da exploração para as cooperativas, que é o que prevê o **Centrão**. Para eles, o ideal seria aprovar o texto da Sistematização, mas os garimpeiros concordam com uma fusão — proposta pela OCB e já em fase de negociação — que favorece as cooperativas, sem prejudicar a lavra manual individual.

Ainda no título da Ordem Econômica, prometem pegar fogo as discussões — entre constituintes e **lobistas** — sobre o monopólio estatal para a distribuição de petróleo. Uma coincidência — os 50 anos do CNP, comemorados na próxima sexta-feira, trará a Brasília os presidentes dos 27 sindicatos do Comércio Varejista e Distribuição de Petróleo. O representante da confederação dos sindicatos, Roberto Nogueira, informou que a luta do grupo é para que seja mantida a distribuição nos moldes atuais — sem nacionalização — e que outras emendas "oportunistas" sejam derrotadas.

Ulysses leva informações para Sarney

O deputado Ulysses Guimarães fez ontem para o presidente José Sarney um relato circunstancial dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, informando que faltam ser votados apenas 24 por cento dos dispositivos, sem porém querer fazer previs-ao do tempo que os constituintes levarão para concluir a primeira versão do novo texto constitucional, devido os "acidentes de percurso". Ulysses acredita que vai ser muito difícil a votação do título da Ordem Econômica, porque existem 4 ou 5 pontos polêmicos, como a distribuição do petróleo, mineração, etc. Mas ele ainda acredita no consenso.

Ulysses Guimarães disse que foi ao Palácio da Alvorada cumprimentar o presidente Sarney, que no último domingo completou 58 anos de idade. O deputado não teve condições de comparecer ao coquetel que Serney ofereceu para os amigos e políticos, porque estava em São Paulo, acompanhando a sua mulher, que está convalescendo de uma operação no fêmur. "Vim trazer um abraço, formular votos a ele e dona Marly de felicidades, saúde e paz", justificou o presidente da Constituinte.

O presidente Sarney não comentou quando o deputado Ulysses Guimarães falou sobre as dificuldades de votação da Ordem Econômica, preferindo que a matéria passe para lei complementar, por entender que a legislação é mais extensa, enquanto o texto constitucional é mais resumido.

Covas ainda quer conversar

A proposta do senador Severo Gomes (PMDB-SP) para o conceito de empresa brasileira de capital nacional, aceita ontem pela manhã por dois representantes do Centrão — deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) e José Geraldo (PMDB-MG) — e rejeitada à tarde pela cúpula do grupo, poderá ser a base do acordo partidário entre os nacionalistas e os antiestatizantes, antes que a matéria seja votada hoje.

Apesar da disposição dos centristas de "baterem ficha" — expressão utilizada pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) ao assegurar queo Centrão ganhará a disputa pelo voto —, as principais lideranças do PMDB, como os senadores Mário Covas (SP) e Severo Gomes (SP) ainda apostavam numa negociação prévia sobre a matéria, já que o confronto não interessa a nenhum dos grupos.

Ari Cunha
VISTO, LIDO E OUVIDO

Começa a perseguição ao ministro Maílson

O capital paulista é empedernido e triturador. E é por isso mesmo que já começa a seguir os passos do ministro Mailson da Nóbrega, procurandô fazer o que fez com seus antecessores.

O que acontece hoje no Brasil é singular. Povo e empresário estão unidos contra o Governo, por uma razão muito simples. O empresário só quer fazer progresso com o dinheiro do Governo. De um lado, é o subsídio; do outro, o juro baixo. Se o empreendimento der lucro, o empresário vai para a Europa. Se der prejuízo, foi uma pena porque é do Governo.

Quahto ao povo, a mesma coisa. Todo mundo quer um emprego público, e não faz questão de quanto vai ganhar. Dentro do emprego, começam as reivindicações, os pedidos de aumento.

É sabido que num país pobre o Estado tem dentre suas obrigações uma parcela social, mas hoje toda gente quer o emprego, e quando não consegue, a culpa é do Governo.

Dessa forma, as empresas no mais das vezes paulistas estão se voltando contra Mailson, invadindo-lhe até a privacidade, como se fosse dele a culpa de tudo que acontece no País desde seu descobrimento.

O ministro tem trabalhado em tempo integral, diferentemente dos seus antecessores, que ficavam esperando quinta à tarde para a viagem de fim de semana. E esse reconhecimento, ele está tendo do outro lado.

XXX

POSSE — *No seu vigésimo aniversário, a Academia Brasiliense de Letras dá posse ao seu mais novo membro, Dr. Ernesto Silva, que será saudado por Domingos Carvalho da Silva. Ernesto Silva é médico, pioneiro de Brasília, membro da primeira diretoria da Novacap e autor de vários livros, inclusive sobre a história de Brasília.*

XXX

FUMO — *Desde o dia 22 do corrente, ninguém fuma em vôos domésticos dentro dos Estados Unidos, com duração menor que duas horas.*

XXX

CAMARÃO — *O camarão graúdo, classificado como VG, está custando em Brasília tanto quanto 22 dólares. Nos EUA para onde é exportado, custa 10 dólares a libra, o que, convenhamos, é preço menor que o daqui na praça.*

Maciel insiste mas Aureliano não sai

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, está disposto a promover um encontro seu com o ministro Aureliano Chaves e o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para uma reavaliação da crise nacional e de seus possíveis desdobramentos. Maciel continua apreensivo com o desfecho da crise, sobretudo suas repercussões sobre o quadro político-institucional, procurando Aureliano Chaves, seguidas vezes, para uma troca de impressões a respeito das diferentes alternativas.

Maciel tem pressa. Já reclamou, algumas vezes, uma tomada de posição conjunta, dele e de Aureliano Chaves, em relação ao Governo Sarney, argumentando que o partido já não tem condições de continuar apoiando o atual Presidente da República. Aureliano insiste em que Marco Maciel permaneça na presidência do PFL, lembrando os compromissos que eles dois e Ulysses Guimarães têm com o processo de transição democrática, ressaltando sua disposição de não abandonar o Governo no meio dessa travessia.

DISSIDÊNCIA

A idéia de Maciel, em face da inquietação de alguns de seus companheiros de grupo no PFL, é a de oficializar uma dissidência dentro do partido, com liderança própria. No fundo, seria uma maneira de evitar uma debandada e a desagregação da corrente da qual faz parte. Ele pretendia comunicar a Aureliano o seu projeto de dissidência no PFL.

A preocupação das lideranças mais importantes de todos os partidos cresce na mesma medida em que se verifica que o Governo não tem um programa consistente para vencer a cise por lhe faltar apoio político. Essa é a grande preocupação de Maciel e de outros, inclusive do compenetrado ministro Aureliano Chaves.

CPI E REAJUSTAMENTO

Estabeleceu-se, na CPI do Senado, uma insólita polêmica em torno da legalidade e da moralidade dos decretos N.ºs 94.042/87 e 94.233/87, na vã tentativa de desviar ou distorcer os verdadeiros e salutares objetivos daquela respeitável Comissão.

Embora entendendo inequívoco que ambos os diplomas legais foram expedidos com fulcro no decreto n.º 2.290/86 e no artigo 55, inciso II, alínea "D", do decreto-lei 2.300/86, e por conseguinte, amparados em ampla e indiscutível base legal, não nos cabe perquirir sobre sua **legalidade,** matéria que se insere no âmbito da competência privativa do Supremo Tribunal Federal.

No que concerne à **moralidade,** os fatos demonstram a mais absoluta e inquestionável correção e justiça dos dois decretos.

Como é público e notório, durante a vigência do "Plano Cruzado", verificou-se uma generalizada escassez de bens no mercado, ensejando a elevação de preços e a cobrança do denominado **ágio,** a despeito do "congelamento". No setor da construção civil, por exemplo, ocorreu um significativo aumento dos custos de construção, inclusive de mão-de-obra, conforme se pode constatar dos índices publicados pela insuspeita Fundação Getúlio Vargas.

A partir de novembro de 1986, os preços, salários, combustíveis e as **tarifas públicas** foram **sucessivamente "realinhados".** Por que, então, apenas os contratos com a administração pública deveriam permanecer com os seus valores "congelados", **se o próprio poder público já havia aumentado as suas tarifas?**

Tal era a situação que, naquela época, o então ministro Dilson Funaro enviou telex às federações de indústrias, informando que o CIP autorizaria o **"realinhamento"** dos preços industriais.

Ora, se o povo e as empresas já estavam pagando preços reajustados, **por que somente a administração pública estaria isenta de fazê-lo?** Tal **exceção,** se houvesse, teria sido **absurda** e **injusta!**

O governo federal, ao reconhecer que essa indiscutível elevação de custos colocaria em sério risco a execução dos contratos, julgou **imprescindível** autorizar o **reajustamento** dos contratos celebrados com a administração pública, a partir de novembro/86, época em que a inflação rompeu o seu estado inercial.

Onde estaria, então, o favorecimento? Qual seria a imoralidade?

Por outro lado, afirmar que o **reajustamento** dos contratos é responsável pelo **déficit** público, é revelar a mais absoluta ignorância sobre economia pública ou, talvez, simples má fé.

Assim, temos a inabalável convicção de que os eminentes senadores haverão de fazer a justiça que o povo brasileiro espera.

Brasília, 25 de abril de 1988
FIBRA - Federação das Indústrias de Brasília
CÁSSIO AURÉLIO BRANCO GONÇALVES
Presidente
Sindicato da Indústria da Construção Civil de Brasília
JAIL MACHADO DA SILVEIRA
Presidente em exercício

SENHORES CONSTITUINTES

Em sã consciência, a Ishikawajima, Chase Manhattan, Exxon, IBM, Sheraton, etc (multinacionais) são mesmo tão nacionais quanto Caneco, Banco do Brasil, Petrobrás, Itautec, Hotéis Othon, etc (muito nacionais).

Pensem bem!

Sem qualquer conotação xenófoba, é necessário diferenciar tais empresas, definindo-as claramente.

1. As multinancionais citadas têm poder de decisão aqui no Brasil, ou, o centro do poder decisório está no país onde se localiza a sua matriz? Surgindo um eventual conflito de interesses, quem sairá apoiado? O Brasil ou sua matriz? Relembre o caso da Argentina (Malvinas).
2. Se são todas empresas nacionais, porque algumas remetem lucros e pagam royalties às suas matrizes no estrangeiro? Há diferença?
3. Empresas multinacionais como as citadas desenvolvem tecnologias no Brasil? E as tecnologias transportadas para cá estão de posse e controle da Nação?
4. Se não houver uma diferença clara na definição entre empresa nacional e multinacional, todos os impostos pagos pelos cidadãos brasileiros acabarão financiando empresas multinacionais. E o cidadão brasileiro concorda com isso?
5. São proporcionais os recursos existentes entre as empresas estrangeiras e as nacionais para a livre concorrência no mercado brasileiro???
6. Como ficarão os setores estratégicos no país? A reboque dos interesses internacionais, ou terão oportunidade para o desenvolvimento da nossa tecnologia?
7. O capital e tecnologia estrangeiros são e devem ser muito bem vindos ao país, porém em setores definidos e sob a administração nacional. A SBC, NBC, Washington Post, N. York Times, podem se instalar no Brasil?
8. As próprias multinacionais fazem questão de assim se definir. Até na captação de recursos humanos, é comum a publicação: "Empresa Multinacional necessita..."

Senhores constituintes, somos a décima economia do mundo.
Um mercado por si só bastante atraente para o resto do mundo.
Não deixem um buraco negro na sua consciência.
Votem pela diferença. O país inteiro acompanhará a votação dessa matéria.

Contribuição da Alanac
Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais